

ESTRUTURA SOCIAL BRASILEIRA E A CRISE NA QUALIDADE DO ENSINO

Debate ou discussão na teoria social
Grupo de Trabalho N°08: Desigualdade, vulnerabilidade e exclusão social.

Luciene Silva dos Santos – Universidade Federal de Pernambuco
Márcia Ferreira de Azevedo – Universidade Federal de Pernambuco

Resumo

Este estudo teve como objetivo apresentar, à luz de um referencial teórico, uma discussão a respeito da estrutura social brasileira, discutindo a relação existente entre esta e a crise na qualidade do ensino. Dessa forma, nos propomos a analisar a atual conjuntura da educação formal do Brasil, tecendo uma crítica sobre a dualidade do sistema educacional brasileiro, o papel do Estado e a lógica neoliberalista, fazendo um resgate sócio-histórico. Concluímos apontando para o fato de que a educação formal continua sendo vista como difusora das ideologias dominantes e que o Estado deve cumprir com o seu papel intermediador, buscando um diálogo com a sociedade, para que assegure os direitos dos cidadãos a uma educação de qualidade.

Palavras-chave: Estrutura social. Realidade educacional brasileira. Qualidade do ensino.

1. Introdução

A educação brasileira ao longo do tempo foi marcada por transformações, que se deram devido à constante revolução de pensamentos e ideais na sociedade em que vivemos. Seria, porém, um tanto ingênuo afirmar que essas mudanças estruturais do ensino simbolizam a evolução que, de fato, necessitamos para chegarmos a um sistema educacional de qualidade.

Ao falarmos desse processo de tentativa de reestruturação do sistema educacional, não podemos desvinculá-lo da estrutura social. Podemos afirmar que a forma de organização da sociedade atualmente, reflete nos problemas educacionais que enfrentamos desde muito tempo.

A sociedade brasileira traz ainda fortemente as marcas da colonização e a divisão de classes, da qual foi condicionada durante muito tempo, como algo natural. O indivíduo que possuía maior poder aquisitivo era sempre aquele que tinha as melhores oportunidades, enquanto o pobre limitava-se a uma segunda categoria e à aprendizagem de trabalhos braçais e ainda hoje observa-se que esta realidade foi conservada.

A base da sociedade brasileira foi firmada sob os aspectos da dominação, das imposições feitas pela elite. Diante dessa realidade, aprendemos a ter uma visão equivocada de ascensão social.

Foi adquirido então, um certo “comodismo” diante dessa realidade, e a tentativa de uma verdadeira mudança no sistema educacional tornou-se ideia remota. O Brasil aprendeu desde os primórdios de sua estruturação que a educação era um privilégio para poucos, especificamente para as classes sociais elevadas. Esses poucos, vale ressaltar, formados pela elite e preparados para atender à própria elite, gerando um controle do capital, eternizado pela educação de classes.

No entanto, temos o ensino público, este, que hoje é preparado para todos ou assim deveria ser, pois questionamos se de fato essa a educação é para atender a todos, tendo em vista o quanto ainda o sistema de ensino passa por dificuldades. Mesmo depois de tantas tentativas, ainda somos a mesma sociedade dividida e com uma educação de classes, que reafirmam que a educação em nosso país não foi pensada para todos. Diante dessa realidade temos um sistema dual, feito para as elites e para as massas.

Não possuímos ainda um sistema que tenha por objetivo principal uma educação de qualidade com igualdade de condições e recursos.

Dessa forma, o objetivo deste trabalho é apresentar, à luz de um referencial teórico, uma discussão a respeito da estrutura social brasileira e qual a relação existente entre esta e a crise na qualidade do ensino.

2. As principais relações entre a estrutura social brasileira e a crise na qualidade do ensino

É evidente dentro da sociedade brasileira as dificuldades que se enfrenta quando é trazido à tona discussões a respeito do sistema educacional. Não apenas atualmente, mas ao longo de muito tempo enfrentam-se sérias crises, em diversos aspectos. Há uma grande dificuldade em se alcançar os objetivos reais de um sistema de ensino de qualidade. Essa crise, no entanto, não se deve a um único fator. Ela vem perpetuando-se ao longo do tempo principalmente por fatores socioeconômicos.

Ao falar em sistema educacional, não se pode desconsiderar os problemas causados pela forma em que a sociedade está organizada. O Brasil passou a ser um país controlado pelo sistema capitalista, onde as pessoas são valorizadas pelos bens que possuem e não por suas capacidades individuais. Esta sociedade dividida por classes refletiu diretamente na educação, gerando a desigualdade que enfrentamos até hoje. Os direitos da elite sempre foram assegurados, enquanto às massas restava aquilo que o Estado aparentemente podia oferecer.

Continuamos observando isso claramente, na própria estrutura física que muitas escolas públicas possuem e na qualificação dos profissionais que atuam neste espaço escolar. Muitas escolas são apenas casas adaptadas, e, vale ressaltar, adaptadas inadequadamente, e os profissionais que em muitos casos atuam como professores são pessoas que ainda estão em processo de formação acadêmica (chamados estagiários regentes), ou até mesmo, que não tem formação alguma para lecionar.

Enquanto isso, nas escolas privadas, encontramos as fortes marcas do ensino propedêutico e a identidade capitalista, onde o lucro é o maior objetivo, assim, o ensino consiste em depósitos de informações para que ao final do Ensino Médio haja um maior número de aprovação no vestibular.

Nos deparamos com uma realidade educacional em muitas escolas públicas que reafirma as limitações do indivíduo em relação à classe social que pertence, o capital cultural que herdou, os lugares que frequenta, entre outros aspectos. Essa lógica divisória permeia as escolas públicas, assim como sua história em nossa nação. A divisão tornou-se algo simplesmente natural e é considerado um indivíduo preparado para o mercado de trabalho aquele que passou pelas mais caras escolas, enquanto o restante da sociedade precisa adaptar-se ao seu modo de vida e às barreiras que enfrenta frente ao mercado de trabalho.

É o que podemos confirmar através do chamado paradigma do consenso, apresentado por Gomes (2005) como um modelo social que tenta fazer com que a sociedade seja vista como “um conjunto de pessoas e grupos unidos por valores comuns, que geram um consenso espontâneo.” (p. 3).

Quando na realidade esta é apenas mais uma forma de imposição dos interesses das classes dominantes em fazer com que as pessoas se conformem com seu padrão atual de vida. Infelizmente, quando falamos em educação não é diferente. As resistências e as lutas tornam-se algo nocivo, em uma sociedade que deve se conformar com as precárias condições de ensino.

Não podemos afirmar que as ideias de Gomes são meros estudos sem fundamentos, pois cada vez mais, a lógica dessa estrutura social contribui para um consenso imposto.

Aparentemente, as campanhas políticas relacionadas à educação tentam mostrar que temos passado por avanços, mas nos esbarramos com a mesma realidade de uma educação desigual e elitista. Nessa direção, Gomes (2005) afirma que: “Os fatores de mudança estão geralmente fora do sistema, e este se adapta de forma gradual a estes fatores, como uma sociedade agrícola que muda a sua produção para responder a uma mudança de clima.” (p. 09).

A falta de condições materiais, de profissionais valorizados, de uma estrutura física adequada nas escolas, são problemas que enfrentamos desde o início da história da Educação no Brasil e vem se tornando cada vez mais aparente.

Todas essas dificuldades confirmam o quanto a sociedade brasileira ainda é falha, mesmo quando fala em igualdade social. Isto fica claro quando refletimos a respeito do nosso sistema dual de ensino. A educação para muitas de nossas escolas privadas passou a ser vista como mercadoria, onde o estudante é visto como cliente e o ensino, o produto a ser vendido. A qualidade vem através da quantia paga mensalmente pelo estudante e em detrimento a isso, a escola pública, considerada gratuita, diz não poder oferecer os mesmos recursos pelos fatores econômicos que a envolvem.

A educação passou a ser instrumento da ascensão social e não um espaço de formação do cidadão. De acordo com Teixeira (2005), o sistema de ensino público condicionou-se a oferecer aquilo que era “possível”, com um ensino sem nenhuma vantagem e apenas preocupado com o que conseguisse ensinar.

Atualmente, a educação encontra-se diante deste mesmo processo, embora sejam realizadas algumas tentativas de gerar mudanças, estas ainda precisam ser melhor administradas pelo governo. O Estado tenta maquiagem as deficiências encontradas na qualidade do ensino. Podemos perceber claramente isso, nos programas lançados pelo governo hoje, que apresentam-se como programas capazes de “corrigir” determinadas dificuldades, mas que em grande parte são lançados apenas como mais um instrumento de farsa da educação.

Programas de correção idade-série, de encaminhamento para turmas mais avançadas, de um ensino de alfabetização mais eficaz, seriam desnecessários se a educação fosse vista de forma igualitária no nosso país, com os recursos destinados à educação aplicados de forma correta.

O que encontramos hoje é um “jogo de responsabilidades”, onde a escola transfere totalmente para o governo a qualidade do ensino, enquanto o governo a transfere para a escola e as crises educacionais não terminam porque o Estado não assume, de fato, seu papel, enquanto a escola espera que ele o faça. Nesse meio estão as pessoas que dependem do sistema público de ensino e esperam receber uma educação com qualidade, isso quando não são simplesmente excluídas do processo.

A pesquisa feita pelo IBGE (2011) recentemente revelou que no Brasil há 14,6 milhões de pessoas analfabetas a partir dos 10 anos (Censo 2010), representando 9,02% da população brasileira, o que demonstra o quanto o sistema educacional no Brasil é excludente, pois se compararmos esses índices com o de outros países em desenvolvimento vamos perceber que este número é bastante expressivo. Soares (2002) afirma que:

“[...] o não estar em pé de igualdade no interior de uma sociedade grafocêntrica, onde o código escrito ocupa posição privilegiada, revela-se como problemática a ser enfrentada. Sendo a leitura e escrita bens relevantes, de valor prático e simbólico, o não acesso a graus elevados de letramento é particularmente danoso para a conquista de uma cidadania plena.” (p. 33)

Ou seja, podemos então afirmar que quem não se apropria das habilidades da leitura e da escrita, nesta sociedade grafocêntrica, é excluído. Essa exclusão tem raízes de ordem histórica e social, assim ao relatar como se dava a educação durante o Brasil Império, Soares (2002) diz que o Decreto 7.247 de

1879 apresentado por Lêoncio de Carvalho propunha uma reforma do ensino que previa a criação de cursos para analfabetos, livres ou libertos, do sexo masculino. Hoje, mais de um século depois, ainda podemos perceber as marcas do sistema colonialista e escravocrata que excluía dos seus processos educacionais os pobres, os negros e as mulheres, pois é como se caracteriza o público da Educação de Jovens e Adultos (EJA), ou seja, no Brasil ainda se reproduz desigualdades históricas.

Outro fator importante de se destacar é que desde a invasão europeia das terras brasileiras, a educação formal é vista como via de controle social e difusão de ideologia das elites dominantes, assim, seguindo uma nova ordem mundial, com base no sistema de produção capitalista, é que surge a escola pública, em meio aos confrontos entre conservadores (tradicionalistas) e os liberais (progressistas). Segundo Brandão (2007):

“[...] A “luta pela democratização do ensino” resultou na escola pública. Resultou no reconhecimento político do *direito de estudar* para todas as pessoas, através de escolas gratuitas, de ensino leigo, oferecido pelo governo.

Há quem diga que isso foi resultado de um confronto entre “liberais” e “conservadores” na política, um confronto que invadiu a questão da educação. De um lado ficaram os que falavam em nome das elites agrárias tradicionalistas e acostumadas a padrões ultrapassados de domínio político. De outro lado ficaram os que falavam em nome das novas elites capitalistas, atentas ao novo tempo e problemas que batiam nas portas do mundo e do Brasil.” (grifo do autor, p. 87 e 88).

É importante ressaltar que por trás do discurso de democratização trazido pelos liberais, que segundo Romanelli (1996) reivindicava, através do movimento renovador, a laicidade do ensino, a institucionalização da escola pública e sua expansão, assim como igualdade dos sexos à educação, havia alguns educadores e políticos lúcidos e bem-intencionados, porém havia também o projeto político que servia aos interesses dos novos donos do poder e da economia.

O processo de globalização que busca unificar, centralizar, homogeneizar a tudo e a todos, atendendo logicamente aos interesses capitalistas, lança padrões sociais que influenciam inclusive nos modelos educacionais. Nessa direção, o Brasil que sempre tentou e ainda tenta dar soluções aos seus problemas educacionais copiando os padrões europeus, não levando em consideração as características históricas, culturais, econômicas, sociais e políticas dos brasileiros, ou seja, tenta-se transplantar os modelos educacionais europeus sem que se faça minimamente uma leitura crítica do que de fato poderia ser aproveitado ou não pelos “nossos” modelos educacionais, gera exclusão, pois quem não se adequar ao padrão lançado é excluído, gerando uma crise no sistema educacional, daí surge os diversos movimentos organizados da sociedade civil em prol de uma educação com qualidade e contra esse sistema capitalista excludente.

“O defeito original, mais profundo e permanente, de nosso esforço empírico de transplantação de padrões europeus para o Brasil esteve sempre na tendência de suprir as deficiências da realidade por uma declaração legal de equivalência ou validade dos seus resultados. Com os olhos voltados para um sistema de valores europeus. Quando não os podíamos atingir.” (Teixeira, 1999, p. 47)

Posto em pauta a discussão sobre a inclusão os pobres, os negros, as mulheres, os deficientes intelectuais e sensoriais, que antes não tinham acesso à educação formal, hoje vão à escola, porém a atual discussão gira em torno de que as escolas públicas não garantem um processo educativo de forma qualitativa para estes, que permitam um pleno desenvolvimento das suas capacidades, ou seja, é garantida a inclusão em número de pessoas que vão à escola, porém a perpetuação da exclusão

continua quando os modelos educacionais não se adéquam às necessidades e características socioeconômicas destes. É garantido o acesso e não a permanência dos cidadãos no sistema educacional.

Analisando as políticas governamentais recentes, percebemos que os anos dos governos de Fernando Henrique foi caracterizado pela privatização dos aparelhos públicos, o que se configura uma lógica neoliberal que Janete (1997) sintetiza na máxima “menos Estado e mais mercado”, assim o Estado se isenta de cumprir com as suas responsabilidades. Ainda segundo Janete:

“[...] os problemas que se identificam como causadores da crise dos sistemas educacionais da atualidade, são vistos como integrantes da própria crise que perpassa a forma de regulação assumida pelo Estado nesse século. No extremo, concebe-se que a política educacional, tal como outras políticas sociais, será bem sucedida, na medida que tenha por orientação principal os ditames e as leis que regem os mercados, o privado.” (Azevedo, 1997, p. 17)

No que diz respeito ao Ensino Superior, o governo de Fernando Henrique permitiu a abertura de diversas Instituições de Ensino Superior (IES), sem que houvesse a preocupação com a qualidade de ensino oferecido por estas IES, pois seguindo a lógica liberal é necessário estimular a competição e o aquecimento do mercado para que os indivíduos tenham a liberdade para escolher onde investirá certo capital para a sua formação, pois isso trará retorno futuramente para ele. Diante deste cenário percebe-se que a elite continua sendo privilegiada, visto que possuem condições financeiras para custear uma escola (privada) para seus filhos, e poderão mantê-los dentro desse sistema durante o curso do ensino básico, oferecendo condições para que eles realizem os exames (vestibulares), consigam ingressar e se manter no Ensino Superior, sejam em instituições privadas ou públicas.

Já recentemente, o governo de Lula caracterizou-se pela concessão de bolsas, incluindo bolsas de estudo em instituições privadas de Ensino Superior que se justifica pelas altas demandas que não podem ser atendidas meramente pelas instituições públicas, tendo em vista que as classes menos abastadas reivindicam o direito da formação intelectual. Porém fazendo uma análise acerca do liberalismo continua a lógica “menos Estado”, pois o Estado deixa de investir no sistema público de ensino, na construção de novas unidades educacionais e na composição de quadro profissionais, para investir no setor privado, não sujeitando também estas instituições a fiscalizações condizentes com a responsabilidade social que deveriam assumir. E mais uma vez podemos afirmar que é dado o acesso, mas não é garantida a qualidade da formação dos sujeitos.

Infelizmente, o Brasil ainda não possui o modelo educacional adequado para oferecer uma educação de qualidade para todos. A organização social brasileira ainda não encontra-se apropriada para atender às necessidades do sistema educacional, o que causa inúmeros transtornos na qualidade do ensino e reproduz a divisão e o elitismo.

3. Considerações finais

Hoje a educação no Brasil passa por um momento de crise como vimos ao longo deste estudo, crise esta que tem um respaldo histórico, marcado por desigualdade e exclusão. A educação formal, que deveria existir para formar cidadãos cientes do seu papel na sociedade, é vista como difusora das ideologias da elite dominante.

A educação é um direito social e é dever do Estado assegurá-la a todos os cidadãos. Porém, o que podemos concluir é que o Estado não vem cumprindo, de fato, com seu papel de criar condições para que o direito a educação seja cumprido, desinteressando-se dela, cumprindo com um projeto político da nova ordem social e econômica, seguindo a lógica neoliberalista.

Nessa direção, podemos então afirmar que a crise do sistema educacional brasileiro perpassa todos os níveis e modalidades da educação, por motivos que se “justifica” ao longo da história. Para que se modifique esta realidade é preciso que o Estado, num diálogo com a sociedade, lance políticas públicas, diferentes dessas políticas governamentais com programas e projetos, que assegurem de fato os direitos sociais da maioria proporcionando uma inclusão educacional de forma qualitativa.

4. Referências

Azevedo, J. M. L. (1997) *A educação como política pública*. Campinas: Autores associados.

Brandão, C. R. (2007) *O que é educação?* São Paulo: Brasiliense.

Gomes, C. A. (2005) *A educação em novas perspectivas sociológicas*. 4ed. rev e ampl. São Paulo. EPU.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico 2010*. Recuperado em 01 de junho de 2011, de <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=P6&uf=00>>.

Romanelli, O. O. (1996) *História da Educação no Brasil*. 18ª ed. Petrópolis: Vozes.

Soares, L. J. G. (2002) *Educação de jovens e adultos: Diretrizes curriculares nacionais*. Rio de Janeiro: DP&A.

Teixeira, A. S. (1999) *Educação no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.